



Sem historiarmos o passado da Guarda - o que outros fizeram - há que a contextualizarmos nos parâmetros geo-estratégicos de finais de Undecentos, quando justamente lhe é concedida a primeira carta de foral.

A Guarda, situada na vertente oriental da serra da Estrela, em terra de planalto pouco superior a mil metros de altitude, tem os seus primórdios muito relacionados com a expansão da vasta área em que se insere, e que veio a tomar o nome de Beira. Mas os ritmos de ocupação desse espaço foram muito diversos. Fixado o condado portugalense pelo Mondego, assistimos, desde finais do século XI, ao povoamento do planalto beirão, entre o Caramulo e a Estrela, e ao longo dos vales do Paiva, Vouga e Dão. Aí dominará Viseu, cidade romana, que teve foral logo em 1123, embora a sua Sé apenas se restaurasse em 1147. Mais para norte, no planalto da Nave, os castelos de Trancoso, Moreira, Longroiva, Numão e Penedono datam do século X, ainda que tenham sido posteriormente abandonados, estando esta região a revitalizar-se em torno das décadas de 30 e 50-60 do século XII, com a outorga de forais a Numão (1130), Marialva, Moreira e Trancoso (todos de data incerta entre 1157-1169). De mais tardia ocupação é a vertente oriental da serra da Estrela e as margens do Coa e será com este espaço que a colonização da Guarda manterá um diálogo mais próximo. Era esta área atravessada pelas vias Colimbrina e Dalmatia que facilitavam o trânsito de cristãos e muçulmanos, em permanente enfrentamento, necessitando por isso de ser demarcada politicamente pelo domínio dos cristãos. Fernando II decide então, em 1161, proceder à repoblación de Ledesma e Ciudad Rodrigo. Reage Salamanca, amputada na sua jurisdição concelhia a ocidente, e do facto se aproveita mesmo Afonso Henriques. Certo é que a partir da criação do concelho urbano de Ciudad Rodrigo, reforçado mesmo com uma nova diocese, pela transferência para o seu interior do suévico bispado da Caliábria, a reconstrução demográfica e colonizadora do território envolvente vai tendo lugar várias aldeias da margem oriental do Coa, como Sabugal, Alfaiates e Castelo Rodrigo são controladas pela sede urbana de Ciudad Rodrigo, recebendo depois, muitas dessas terras, os seus próprios foros ao tempo de Afonso IX. O Coa parece demarcar-se como fronteira política entre os reinos de Leão e Portugal, mas a ocupação da sua margem ocidental era muito menos significativa, apesar dos esforços dos cavaleiros de S. Julião do Pereiro e do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar. Sancho I procura resolver o problema. Promove então uma decidida acção de repovoamento e organização social do território, primeiro a partir da Guarda, a que entrega em 1199, e depois eleva a

bispado com a transferência da diocese egitaniense para este centro urbano, e poucos anos depois com a criação do concelho de Pinhel, em 1209, que directamente afronta o de Castelo Rodrigo. Esta secundada pelos Templários, que concedem foral a Touro em 1220, e por Sancho II, que outorga foral a Sortelha (1228-1229) e Castelo Mendo (1229). E, desde então, estava criada uma sociedade enraizada na fronteira, hierarquizada, organizada e controlada por ambas as forças políticas, de um e de outro lado do Coa. A passagem do Coa ao Águeda como linha de água fronteira ocorrerá, como se sabe, só bem mais tarde, fruto das vicissitudes políticas peninsulares, com a assinatura do Tratado de Alcanizes, em 1297, entre D. Dinis e Fernando IV.



[Maria Helena da Cruz Coelho](#) | [Forais e foros da Guarda](#) / direcção, introdução e revisão científica da obra Maria Helena da Cruz Coelho ; transcrição paleográfica e glossário Maria do Rosário Barbosa Morujão.

- Guarda : Câmara Municipal, 1999.